

História e teoria das relações internacionais: uma relação conflituosa?

*History and international relations theory:
a conflicting relationship?*

Leonardo Carvalho Leite Azeredo Bandarra

Os historiadores costumam reclamar do abuso da história pelos teóricos de relações internacionais e os teóricos das relações internacionais costumam reclamar da orientação atórica de muitas historiografias. Apesar de ambas as acusações serem exageradas, elas levantam a questão de como as disciplinas da história e da ciência política diferem em suas abordagens para o estudo das relações internacionais. (LEVY, 1997, p. 22, tradução nossa)

Resumo

No decorrer do último século, as disciplinas da teoria das relações internacionais, cada vez mais voltada à ciência política, e da história têm se distanciado. Concomitantemente, o seu elo mais próximo (a história diplomática) se viu fragmentada, ao ser rejeitada em ambos os campos de estudo. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo evidenciar a existência de múltiplos elos, tanto implícitos quanto explícitos, entre ambas as disciplinas e, assim, evidenciar a existência de um relacionamento duradouro, benéfico e frutífero entre as duas.

Palavras-chave: Teoria das relações internacionais; História diplomática; Interdisciplinaridade; Métodos de pesquisa.

Abstract

During the last century, both the study of the Theory of International Relations, which has focused increasingly on political science, and the study of history have grown apart. At the same time, their closest bond (the study of diplomatic history) has sadly crumbled, as it has been constantly rejected in both fields of study. In this sense, this article aims to highlight the objective existence of multiple links, both implicit and explicit, between both disciplines and thus point to the existence of a lasting beneficial and fruitful relationship among them.

Key words: Theory of international relations; Diplomatic history; Interdisciplinarity; Research methods.

Não obstante a ilusória aura de distanciamento e as mútuas críticas que marcam, atualmente, a relação entre os estudos perpetrados nos campos da história e da teoria das relações internacionais (doravante RI) – tal como expôs Jack Levy na citação que encabeça o texto –, ambas as disciplinas apresentam-se como intimamente conectadas.

Embora tenha sido considerado banido pelos teóricos das RI durante a Guerra Fria, enfaticamente pelos norte-americanos, o recurso à história nunca deixou de ser, *de facto*, um instrumento por eles utilizado (HOBSON; LAWSON, 2008, p. 415).

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo evidenciar a existência de múltiplos elos, tanto implícitos quanto explícitos, entre ambas as disciplinas, caracterizando, assim, um relacionamento duradouro e contínuo, cuja valorização poderá beneficiar enormemente tanto os estudiosos de RI quanto aqueles da história.

Visando a melhor atender ao desígnio supracitado, o presente artigo se organiza em quatro partes. A primeira apresenta uma breve sondagem, dentro da teoria das RI, acerca do recurso à história. Nesse sentido, cabe, inicialmente, salientar que as caracterizações apresentadas tanto para a história quanto para as RI enquanto disciplinas coerentes são, *a priori*, falhas, visto que ambas as disciplinas se expandiram a tal ponto que não podem mais ser consideradas como blocos coesos (ELMAN; ELMAN, 1997, p. 5).

A segunda parte focará na visão de mundo do historiador, contrapondo-a à do teórico de RI. Já a terceira parte porá em xeque a subárea da história diplomática, a qual se entende que melhor representa um ponto de ligação entre os grandes campos da história e das RI.

Na quarta e última parte far-se-á, a partir do que foi evidenciado nas partes anteriores, uma inter-relação entre ambas as disciplinas, colocando em justaposição tanto os seus principais pontos de distanciamento, quanto os de aproximação. Nesse ponto, vale lembrar que as diferenças entre as disciplinas não são fixas, mas variam ao longo do tempo e do espaço, o que gera uma primeira dificuldade no esforço de compará-las (LEVY, 1997, p. 23).

O recurso à história em relações internacionais

A teoria das RI

O atual distanciamento entre a história e as RI, enquanto disciplinas autônomas, tem na “virada linguística” observada no campo da história e no alastramento dos métodos quantitativos –

particularmente da chamada “teoria dos jogos” – na ciência política (área à qual se encontram adstritos os estudos das RI nos Estados Unidos) o seu ponto de partida (LEVY, 1997, p. 23).

Assim, enquanto os historiadores se voltavam cada vez mais ao estudo daqueles grupos historicamente reprimidos, preocupando-se, por exemplo, com estudos de gênero e raça e, concomitantemente, distanciando-se dos estudos diplomáticos (SCHWEIZER; SCHUMANM, 2008, p. 165) – como será visto posteriormente –, o campo da teoria das RI se viu permeado cada vez mais por aquilo que Jean-Baptiste Duroselle chamou de “teorias monolíticas”, ou seja, aquelas simplistas que buscam, a partir de um único fator, explicar o mundo como um todo, tal como faz o marxismo, ao atribuir todos os acontecimentos a motivos econômicos.

Em suma, observou-se, no campo das RI, o alastramento de numerosas teorias, grande parte delas baseada em uma visão monista de mundo. Desse modo, a coexistência de uma grande quantidade de teorias em RI comprova o quão fracas elas são, visto que se “uma entre elas possuísse força, acabaria por impor-se, pois atualmente os diversos teóricos comentam umas e outras, mas não chegam a leis reconhecidas” (DUROSELLE, 2000, p. 349).

O monismo, tal como explicitado, é um dos grandes vícios a ser combatido em se tratando da teoria das RI, pois desconsidera que

“em cada sequência de acontecimentos existe uma mistura intrínseca de *finalidade* (decisão tomada em vista de um objetivo por um pequeno grupo de detentores do poder) e de *causalidade* (reação das comunidades humanas)” (DUROSELLE, 2000, p. 203).

Ademais, na sociedade atual, cada indivíduo enfrenta, simultaneamente, diversas motivações de caráter heterogêneo, de modo que a imposição de uma explicação monista seria “lançar-se no impasse das ciências mortas’ – tal como a astrologia, a frenologia e a alquimia” (DUROSELLE, 2000, p. 352).

Dessa maneira, concebe-se que, dentre os estudos de RI realizados no seio da ciência política norte-americana, em oposição ao que se desenrolou no campo da história, as maiores recompensas passaram a ser dadas àqueles estudiosos que formulam novas teorias, grande parte das quais passou a ser desenvolvida a partir da aplicação do raciocínio dedutivo e da teoria dos jogos (HABER; KENNEDY; KRASNER, 1997, p. 34-35), deixando-se de lado, assim, a utilização de material empírico, ou seja, dos dados retirados da história.

Dessa forma, observou-se um gradual distanciamento entre as análises das RI e a historiografia, concomitante a um crescente mimetismo por parte dos teóricos das primeiras das abordagens econômicas, marcadas por sua grande capacidade de arquitetar generalizações (ELMAN; ELMAN, 1997, p. 18-19). Esse processo é mais bem caracterizado pela obra *Theory of international politics*, na qual Kenneth Waltz planeja uma teoria “elegante” e sintética das RI, baseada na impessoalidade e na quase atemporalidade de conceitos como poder, anarquia e Estado.

Contudo, não obstante serem habitualmente desconsiderados durante a formulação, os dados empíricos, ou seja, os eventos históricos, não perderam o seu valor por completo, passando a ser utilizados como elementos “reais” que comprovassem a validade das teorias antes desenvolvidas, ou seja, que comprovassem a legitimidade de determinada relação causal.

Desse modo, a *práxis* do teórico de RI – particularmente daquele pertencente às escolas de pensamento do *mainstream* da disciplina, enfaticamente o neorealismo e o neoinstitucionalismo liberal – tornou-se, fundamentalmente, a atividade de operacionalizar determinado dado empírico a partir da designação de um pequeno número de variáveis independentes como sua causa basal, ou seja, aquela sem a qual o fenômeno estudado inexistiria (ELMAN; ELMAN, 1997, p. 35).

Isso se tornou possível a partir da presunção das RI enquanto algo repetitivo, atemporal e cíclico e, conseqüentemente, da própria história como algo único e monótono, cujas lições, sob a forma de leis, devem ser destiladas (ELMAN; ELMAN, 2008, p. 358-360).

Assim, a partir dessa breve caracterização, deduz-se que as teorias das RI estariam permeadas pelo mesmo viés que Duroselle atribui às ciências humanas como um todo, ou seja, a tentativa de proceder tal como o fazem os cientistas naturais: conformando-se hipóteses, realizando observações quase laboratoriais, deduzindo-se a partir da experiência e do cálculo e, assim, delineando-se leis e constantes (DUROSELLE, 2000, p. 17-18).

Desse modo, embora ambas – as ciências humanas e as naturais – tenham por meta final desvendar uma verdade objetiva, as primeiras não possuiriam a capacidade de suplantar o seu “estado empírico”, visto que o próprio “cérebro humano, com seus milhares de células, ainda é bastante desconhecido”. Dessa forma, tanto a história quanto as RI estariam limitadas ao

estudo dos *acontecimentos*, ou seja, de fenômenos datados – consequentemente, únicos –, que possuem necessária ligação com o ser humano e que podem, ou não, deixar traços físicos (DUROSELLE, 2000, p. 18-19).

Ainda no âmbito das limitações sofridas pela teoria das RI no pensamento de Duroselle, cabe, por último, destacar quatro “atitudes condenáveis”, ou, metaforicamente, quatro “fantasmas” que enviesam a própria mentalidade de grande parcela dos cientistas sociais, tomados *in totum*. São esses: o pseudocírculo vicioso, a escolástica e a glosa, a criação de entidades ou a reificação de conceitos e o matematicismo.

O primeiro “fantasma” seria, essencialmente, uma crítica feita por Duroselle ao raciocínio socialista, que teve relativa aceitação no campo das RI, seja sob a forma da teoria marxista propriamente dita, seja através de sua releitura desenvolvida pela “nova esquerda” e encabeçada pelos teóricos da “teoria crítica” – uma “vasta visão de mundo”, cujas origens se encontram na escola de Frankfurt, mais enfaticamente nos trabalhos de Theodor Adorno, Max Horkheimer e Jürgen Habermas (LINKLATER, 2007, p. 43).

Segundo sua análise, aos olhos dos estudiosos dessa vertente, afirma Duroselle, nenhuma ciência humana pode ser objetiva, pois ela própria seria a expressão de um homem fundamentalmente carregado de preconceitos, que a utilizaria para moldar a realidade segundo sua própria visão específica de mundo. Como consequência, a única ciência humana válida seria aquela feita por uma categoria específica de homens (a vanguarda comunista) – única capaz de utilizá-la como instrumento para conduzir o proletariado rumo à libertação de tais preconceitos.

Já o segundo “fantasma” (“escolástica e a glosa”) se refere aos males que afligem a ciência como um todo, evidenciando uma permanente necessidade humana, a saber: a crença cega no conhecimento alheio, baseada na observância à autolimitação humana quanto à possibilidade de se aprofundar em todos os conhecimentos imagináveis.

Assim, dada essa limitação, caberia ao estudioso buscar a verdade nos trabalhos de determinados homens, tais como Aristóteles e Galeano, tidos por conhecedores inequívocos de certos aspectos da realidade inalcançáveis aos demais seres humanos (DUROSELLE, 2000, p. 30-32). É a essa crença em certas “autoridades” que Duroselle denomina “escolástica”.

Da escolástica, desenvolve-se outra prática, a glosa, que seria basicamente a prática de comentar os textos escritos pelas *autoridades* anteriormente definidas e agora elevados à categoria de *livros santos*, ou seja, de inequívocos instrumentos para a obtenção da verdade objetiva (DUROSELLE, 2000, p. 30-32).

O terceiro fantasma – a criação de entidades ou a reificação de conceitos – seria basicamente o excesso de generalização advindo da criação e da exacerbada utilização de abstrações conceituais para explicar ou operacionalizar determinados fenômenos. Com o tempo, esses conceitos adquirem uma “vida totalmente artificial” e podem gerar, ademais, três tipos de simplificações que “sempre induzem ao erro”, a saber: “explicar um grande número de acontecimentos por meio de um pequeno número de homens”; “explicar um grande número de acontecimentos por uma *única causa*”; e explicar um grande número de acontecimentos por meio de um único *conceito reificado* (DUROSELLE, 2000, p. 32-36).

O último “fantasma” – o matematicismo – consistiria simplesmente “em querer tratar tudo matematicamente, como se a matemática representasse a perfeição por excelência do espírito humano e estivesse destinada a se apoderar de todo o resto” (DUROSELLE, 2000, p. 36). Assim, o matematicismo seria uma grande característica das teorias de RI que desconsideram a instrumentalidade do uso da história, ou seja, dos *acontecimentos* empíricos.

A instrumentalidade da história nas RI

A partir da breve caracterização apresentada infere-se que, dentre os teóricos de RI, principalmente os de vertente norte-americana, observou-se recentemente uma constante negação da importância do uso instrumental da história.

Entretanto, tal distanciamento se observa tão-somente nos discursos e nas intenções de certos teóricos das RI, e não em sua prática costumeira. Em outros termos, apesar da declarada tentativa de estudiosos como Waltz de banir as teorias historicamente formuladas do campo das RI, tal esforço não fora bem-sucedido.

Assim, enfaticamente após os atentados 11 de setembro de 2001, que levaram os teóricos de RI a repensar a sua perspectiva de análise excessivamente pragmática, e após o fim da Guerra Fria, erroneamente antecipado pelos realistas, que esperavam majoritariamente pela conflagração de um novo conflito armado, têm sido cada vez mais aceitos nas RI estudos que buscam entender, mais

do que a causalidade, a visão de mundo compartilhada dos atores políticos (estudos de normas e valores).

Em meio a esses estudos pode-se citar o crescente movimento construtivista, exemplificado por Alexander Wendt, como o candidato mais provável – dentre as abordagens teóricas contemporâneas – a ser incorporado ao *mainstream* da disciplina. Tal movimento enfatiza o relevante papel que possui a evolução das ideias e das instituições no desenrolar das RI (GADDIS, 2002, p. 62-63).

Cada vez mais relevante dentro dos estudos teóricos de RI, o construtivismo rejeita o instrumentalismo neorrealista-neoliberal e se orienta na direção das especificidades temporais, espaciais e contextuais, instaurando assim uma orientação necessariamente histórica e sociológica na análise das RI (HOBSON; LAWSON, 2008, p. 417-418).

Embora o exemplo mais claro de instrumentação na história seja visto nos estudos de vertente construtivista, pode-se, entretanto, expandir o escopo das teorias aqui apresentadas, ao ponto de se afirmar que, deliberadamente ou não, praticamente todos os teóricos das RI utilizam-se instrumentalmente da história ao formular suas análises.

A partir disso, presume-se que, embora a contragosto, e mesmo após a “virada científica” na disciplina durante a Guerra Fria, o uso da história nunca deixou de se fazer presente em meio ao *mainstream* das RI.

Nesse sentido, não há apenas uma única forma específica de se instrumentalizar a história em RI, mas, utilizando-se o modelo descrito por Hobson & Lawson (2008), pode-se definir quatro tipos distintos de pesquisa histórica na disciplina, situados ao longo de um *continuum* que parte das análises “macro”, ou seja, aquelas que prezam por um elevado grau de generalidade, atingindo a extremidade “micro”, ou seja, aquela que preza pela especificidade. São esses tipos: a “história sem historicismo”, o “historicismo radical”, a “história tradicional” e a “sociologia histórica historicista” (HOBSON; LAWSON, 2008, p. 420-421).

O primeiro tipo seria aquele utilizado pelos teóricos neorrealistas das RI, tal como Robert Gilpin, John Mearheimer e Colin e Miram Elman. Esse tipo localiza-se na primeira extremidade do *continuum* acima definido, ou seja, é aquele que mais preza pela generalidade (HOBSON; LAWSON, 2008, p. 417-418)

Assim, Hobson & Lawson alegam que Waltz não buscou, *de facto*, banir a história, *in totum*, do estudo das RI, mas apenas as concepções *historicistas* do “internacional”. Segundo Quadagno e Knapp, o *historicismo* seria a rejeição de categorias trans-históricas, salientando as especificidades dos eventos históricos, de acordo com seu contexto espaçotemporal particular (HOBSON; LAWSON, 2008, p. 422).

Portanto, a partir dessa visão, a história se materializaria em uma “escritura”, de modo que as “lições” e regras aprendidas poderiam ser utilizadas, tanto como apoio para hipóteses de pesquisa, quanto para orientar decisões políticas (HOBSON; LAWSON, 2008, p. 423).

Em outros termos, a história é vista como algo fixo e generalizável, dentro do qual caberá ao teórico presumir uma série de lições que se repetem indefinidamente, e os *acontecimentos* são apresentados tão-somente enquanto casos a serem utilizados para testar as hipóteses, formuladas por deduções, a partir das “lições” aprendidas da generalização do processo histórico.

O segundo tipo – o historicismo radical – é aquele que se encontra na extremidade oposta ao primeiro, ou seja, que preza por um extremamente elevado grau de especificidade, partindo da premissa de que o estudo dos *acontecimentos* implica uma profunda consideração das especificidades espaçotemporais a eles inerentes.

Essa modalidade de pesquisa histórica surgiu no campo da literatura crítica, baseada na premissa de que o trabalho literário só pode ser considerado enquanto produto de um tempo específico e de um lugar particular. Observa-se, destarte, uma profunda proeminência na especificidade contextual, expressa nos trabalhos de Michel Foucault e Jacques Derrida, cujo método da “desconstrução” da narrativa adquiriu grande projeção entre diversos estudiosos de vertentes teóricas pós-modernistas (HOBSON; LAWSON, 2008, p. 423).

Consequentemente, essa visão da natureza da história implica que não existe uma, mas uma infinita possibilidade de verdades, de maneira que a história nunca poderá ser dominada. Isso implica a rejeição da construção de “grandes narrativas”, tal como as feitas pelos neorrealistas e pelos neoliberais, e na insistência no processo de “desconstrução sem reconstrução”, visto que a reconstrução levaria novamente a uma nova “grande narrativa” (HOBSON; LAWSON, 2008, p. 424-425).

O terceiro tipo – a história tradicional – volta-se ligeiramente para a extremidade “micro” do *continuum* antes mencionado. Os estudiosos guiados por essa visão da pesquisa histórica rejeitam o uso de “modelos teóricos apriorísticos”, ou seja, de generalizações à la “história sem historicismo”, classificando como fútil a tentativa de observar a história a partir de “lentes” teóricas (HOBSON; LAWSON, 2008, p. 426-427).

De tal modo, o instinto imediato e compartilhado do estudioso dessa vertente é o de particularizar, rejeitando, assim, a visão rankeriana, segundo a qual a “história adequada” seria baseada em uma metodologia positivista, fundada na distinção “fato-valor”, que permitiria ao historiador encontrar uma verdade objetiva e real, a partir do treinamento adequado e do uso de fontes primárias (principalmente da pesquisa em arquivos) (HOBSON; LAWSON, 2008, p. 427).

Por outro lado, diferentemente do que acreditam os “historicistas radicais”, os teóricos que optam por esse tipo de pesquisa acreditam na existência de uma verdade a ser descoberta pelo historiador, mesmo que uma temporal e espacialmente limitada.

O quarto e último tipo – a sociologia histórica historicista –, associado aos trabalhos de Edward H. Carr, parte do pressuposto de que a tarefa do historiador seria a de diferenciar as causas acidentais das causas significantes da história, ou seja, aquelas das quais não podem ser aprendidas lições e que, portanto, não podem levar a conclusões (causas acidentais) daquelas que levam a frutíferas generalizações e lições, das quais se poderá chegar à definição de conclusões (causas significantes) (GADDIS, 2002, p. 93).

Dessa forma, esse tipo é aquele avaliado por Hobson & Lawson como o mais abrangente, englobando praticamente todo o *continuum* e dialogando consistentemente com os demais tipos.

Contra os “historicistas radicais”, a “sociologia histórica historicista” aceita a história como reconhecível, todavia reconhecendo que ela é feita em um dado tempo e em um lugar específico, estando sujeita à interpretação de quem a analisa. Por outro lado, alguns membros dessa linha buscam desconstruir a narrativa histórica a partir de suas próprias bases (i. e. o seu eurocentrismo implícito), mas sempre optando, diferentemente do que fazem os “historicistas radicais”, pela reconstrução da análise da história, ao longo de linhas não-eurocêtricas (HOBSON; LAWSON, 2008, p. 428-429)

O *modus operandi* do historiador

Passada a análise da clara e permanente presença instrumental da história em meio às teorias de RI, deve-se agora realizar uma breve descrição das especificidades da maneira como laboram os historiadores, em contraposição aos teóricos das RI.

Como afirma Gaddis, a primeira diferença essencial entre os historiadores e os cientistas sociais se refere à tentativa de prever o futuro, ou seja, “nós nos orgulhamos de não tentar prever o futuro, como os nossos colegas na economia, na sociologia e na ciência política tentam fazer” (GADDIS, 2002, p. 2, tradução nossa).

Assim, para os historiadores o futuro não é passível de ser previsto a partir das experiências do passado, visto que o próprio passado é algo que não se pode decifrar por completo: não podemos revivê-lo ou recuperá-lo, mas apenas representá-lo (GADDIS, 2002, p. 3-5). Ademais, como recorda Duroselle, apesar de existirem diversas formas de *regularidades* passíveis de serem descobertas pelo historiador, ou seja, fenômenos que se repetem com certa frequência, de tal modo que se pode supor que estes se repetirão, esses *acontecimentos* nunca permitem “fixar uma data” para a sua ocorrência (DUROSELLE, 2000, p. 356).

Desse modo, deve-se pensar no passado como uma paisagem a ser representada, a partir das evidências disponíveis ao historiador. É essa representação do passado, portanto, que se denomina “história” (GADDIS, 2002, p. 3-5).

Nesse sentido, e buscando-se oferecer um panorama geral da atividade historiográfica, faz-se importante, inicialmente, discorrer acerca da chamada “consciência histórica”, definida por Gaddis como o entendimento sobre tudo o que antecedeu ao historiador, ou seja, o próprio passado, e o quão pouco importante é o ser humano em relação a esse movimento maior (GADDIS, 2002, p. 5-6).

Nesse sentido, a consciência histórica demanda um distanciamento da paisagem (do passado), possibilitando ao historiador uma visão ampliada (*wider view*) da própria imagem, dos *acontecimentos* passados, em questão. Em suma, a consciência histórica pode ser definida por dois pontos, retirados da obra *O príncipe* de Nicolau Maquiavel, ou seja:

“Em primeiro lugar, que somos obrigados a aprender com o passado, caso façamos ou não esse esforço, uma vez que este é a única fonte

de dados que temos; e, segundo, que também poderíamos tentar fazer isso sistematicamente” (GADDIS, 2002, p. 8-9, tradução nossa).

O distanciamento do historiador em relação à paisagem conformada pelo passado lhe permite, ainda, a habilidade de manipular o tempo e o espaço. Nesse sentido, da “visão ampliada” do historiador inferem-se três capacidades inerentes ao seu trabalho e que, por sua vez, diferenciam a abordagem histórica das demais.

Primeiramente, tem-se a *seletividade*, ou seja, mantendo-se no presente enquanto explora o passado, é o historiador quem detém a iniciativa quanto ao objeto em análise. Segundo, tem-se a *simultaneidade*, ou seja, a capacidade de se estar simultaneamente em mais de um lugar e em mais de um período temporal. Por último, tem-se a *escala*, ou seja, a facilidade com que ele pode se deslocar da escala micro para a macroscópica (GADDIS, 2002, p. 23-25).

A partir das três capacidades supracitadas, cabe ao historiador a árdua tarefa de retratar os *acontecimentos* passados, tal como o faz um artista. Ele é, dessa maneira, um abstracionista por excelência, cuja tarefa não é a replicação literal da realidade, visto ser isso impraticável, mas a sua representação (GADDIS, 2002, p. 26). Portanto, ele se encontra em uma posição intermediária entre a arte e a ciência.

Como nas artes, o historiador é livre para se libertar das limitações de tempo e espaço e, assim, usar a sua imaginação. Entretanto, como nas ciências, ele deve convencer seus colegas, ou seus leitores, de que o seu trabalho oferece informações confiáveis sobre o passado (GADDIS, 2002, p. 17-18).

Assim, uma característica básica no que se refere ao manejo tanto do tempo quanto do espaço é que ambos são infinitamente divisíveis, de modo que serão os critérios utilizados para abstrair algo que determinarão o próprio conteúdo de sua representação.

Nessa linha de pensamento, cabe lembrar que o próprio tempo, embora pareça ser contínuo, pode ser, e normalmente o é, subdividido (e.g. entre “passado, presente e futuro”, como fizeram os gauleses) (GADDIS, 2002, p. 29-30).

Feitas tais considerações, segue-se a observação da existência de dois “padrões temporais” que facilitam a instrumentalização do tempo pelo historiador: as continuidades e as contingências.

As primeiras seriam, basicamente, os padrões que se entendem através do tempo, ou seja, que acontecem com suficiente regularidade, de modo a se tornarem aparentes (e.g. os impérios tendem a se expandir acima dos seus recursos) (GADDIS, 2002, p. 30-31).

Pode-se ainda traçar um paralelo entre essa definição e aquela de “regularidades”, cunhada por Duroselle para definir

“a existência de uma longa série de semelhanças que parecem transcender as épocas e [que podem], conseqüentemente, ser ligadas à própria natureza do *homo sapiens*” (DUROSELLE, 2000, p. 358).

Já por contingências entendem-se os fenômenos que não formam padrões, não se incluindo na esfera da repetição e da experiência familiar.

No que tange às divisões do espaço, estas possuem uma definição ainda mais precisa. De forma sintética, pode-se separar as maneiras de se dividir o espaço em duas categorias: o cartográfico (a representação da realidade segundo determinados objetivos) e o real (a replicação). Assim, as paisagens históricas, diferentes das cartográficas, são fisicamente inacessíveis ao historiador, de modo que o fato histórico é apenas uma inferência a partir de relíquias (GADDIS, 2002, p. 32-33).

Percepção de ciência e o método

Como destaca Gaddis, tanto Marc Bloch quanto E. Carr

“viam a ciência como um modelo para os historiadores, mas não porque eles achavam que os historiadores estavam se tornando, ou deveriam se tornar, mais científicos. Era justamente porque eles viram os cientistas se tornando mais históricos” (GADDIS, 2002, p. 39, tradução nossa).

Assim, desde o século XIX, a partir das ideias de Charles Darwin e de Charles Lyell, as ciências naturais têm se descolado para uma visão de mundo evolucionária. Em campos como a astronomia, a geologia, a paleontologia ou a biologia evolucionária, os fenômenos estudados não cabem mais em laboratórios e o tempo requerido para que os resultados esperados possam ser observados excede a vida dos pesquisadores.

Assim, cabe aos cientistas dessas áreas realizar um exercício mental, cuja confirmação se dará a partir de observações dos resquícios deixados pelo passado, tal como fazem os historiadores ao reprisar mentalmente os *acontecimentos*.

Como na ciência, o uso da imaginação na história deve ser disciplinado a partir do teor contido nas fontes, de modo que, ao utilizar a imaginação, o historiador deve seguir um processo de três estágios: a conexão com a realidade; a representação dos *acontecimentos* passados (e não a sua réplica); e a persuasão (deve-se

convencer os leitores de sua obra que o que ela representa de fato ocorreu) (GADDIS, 2002, p. 45-46).

Diferente das ciências naturais, contudo, a história (e também as RI) têm nas “pessoas” o seu objeto de estudo. Isso gera certas considerações:

- seres humanos são seres morais, de modo que o historiador não pode escapar de fazer julgamentos morais sobre o que representam;
- uma vida, ao ser reconstituída por um historiador, não é um elemento representativo de um todo;
- geralmente, começa-se pelo nível micro, procedendo-se, então, para o macro;
- deve-se considerar a existência das janelas de oportunidade (circunstâncias que tornam determinado indivíduo notável); e não existe único padrão objetivo para se fazer história, pois os historiadores não realizarão as suas tarefas da mesma forma (GADDIS, 2002, p. 120-122).

Em suma, pode-se descrever o método do historiador tal como o fez William H. McNeill:

Eu fico curioso sobre um problema e começo a ler sobre isso. O que eu leio me leva a redefinir o meu problema. Redefinir o problema me leva a mudar a direção do que eu estou lendo. Isso, por sua vez ainda remodela o problema, o que depois redirecionará a minha leitura. Eu procedo voltando e adiantando dessa forma até que sinta que está certo, e então eu escrevo o texto e o envio à minha editora. (MCNEILL *apud* GADDIS, 2002, p. 48, tradução nossa)

Desse modo, tal como se infere a partir da descrição de McNeill acerca de seu modo particular de proceder com sua pesquisa, nota-se que, diferente do teórico das RI voltado à ciência política, o historiador enfatiza aspectos como a intuição e a flexibilidade em seu modo de operacionalizar sua pesquisa. Elementos metodológicos como a definição de hipótese e de variáveis – tão enfatizados na pesquisa teórica de RI – são, destarte, eclipsados por uma ênfase mais dramática no problema de pesquisa, que se torna, contudo, algo flexível e passível de ser alterado à medida que a pesquisa avança.

A história diplomática

Feitas as considerações sobre como procede o historiador em suas análises, segue-se para uma análise mais específica, concentrada

naquela subárea da história que mais se aproxima do campo de estudos das RI, devido às linguagens semelhantes que utiliza, ao tema de estudo em comum (o “internacional”), aos similares treinamentos metodológicos, à mútua rejeição dos estereótipos do historiador ateórico e do cientista político ahistórico (ELMAN; ELMAN, 2008, p. 357).

Assim, dentro da disciplina da história, encontram-se os historiadores diplomáticos marginalizados, por se mostrarem como um dos últimos resquícios das abordagens “pré-pós-modernas”, mantendo um compromisso com a busca por um passado objetivamente reconhecível (ELMAN; ELMAN, 1997, p. 6). Dessa forma, os historiadores desse ramo são considerados em descompasso, tanto com as tendências filosóficas do *mainstream* dos estudos da história, marcada pela virada linguística e pela ênfase em novas temáticas, quanto com a ciência política norte-americana, na qual os estudos de RI se pautam em análises generalistas e impessoais (SCHWEIZER; SCHUMANN, 2008, p. 149-150).

Tal situação atual pouco se assemelha à grande proeminência que tal ramo obteve no passado, seja na disciplina da história, seja no das relações internacionais, o que resultou, de fato, no desenvolvimento de uma *grand tradition*, cuja memória poderia beneficiar enormemente ambas as disciplinas (SCHWEIZER; SCHUMANN, 2008, p. 150).

Em se tratando de suas fundações, a prática moderna da história diplomática tem no humanismo da Renascença o seu marco inicial, influenciada pelo próprio surgimento da academia e pelos debates contemporâneos entre o conhecimento empírico e o religioso. De modo mais formal, essa subárea de estudos históricos derivou da prática de organização das “diplomata”, ou seja, da classificação de documentos segundo sua forma, formato físico, caligrafia e outras formas de autenticação (SCHWEIZER; SCHUMANN, 2008, p. 151-153).

De qualquer modo, pode-se observar nesse momento o florescimento de diversas obras que, mais tarde, seriam consideradas como precursoras dos estudos históricos diplomáticos. Assim, de trabalhos como *Istorie Fiorente*, de Nicolau Maquiavel, que estabeleceu o Estado-nação como unidade-chave de análise; *Relazione di Spagna* e *Storia d'Italia*, de Francesco Guicciardini, que proveram um modelo para as relações internacionais, entre outros, emergiu, nesse período, a distinção entre as fontes secundárias e as primárias, além de serem estabelecidas certas técnicas para manusear as segundas. Posterior refinamento ocorreu durante o século XVIII,

quando os historiadores do iluminismo viram no passado uma forma de expor suas ideias e doutrinas políticas (SCHWEIZER; SCHUMANN, 2008, p. 152-154).

Tais desenvolvimentos iniciais foram elevados ao seu mais alto grau de refinamento já no século XIX, a *golden age* do aprimoramento das técnicas e dos estudos em história diplomática.

Nesse período, em meio ao alastramento das novas repúblicas e à consolidação dos “Estados-nações”, os arquivos governamentais tornaram-se mais acessíveis, enquanto um público mais letrado e politicamente ativo demandava maior contato com suas histórias nacionais, em busca de justificar o *status* geopolítico de suas pátrias (SCHWEIZER; SCHUMANN, 2008, p. 154).

Concomitantemente, desenvolvia-se uma nova forma de se enxergar o estudo da história, encabeçado por Leopold von Ranke e baseado na busca por uma verdade histórica objetiva, a ser descoberta a partir do meticoloso e sistemático estudo das fontes primárias, de tal modo que os historiadores se viram encorajados a privilegiar a descrição dos *acontecimentos* com base nos documentos estatais, em face da justificação destes, e a focar nos estudos de caso, em face dos processos históricos maiores.

Assim, apoiando-se no pensamento rankeriano, desenvolveu-se em Hannover uma nova linha de pensamento, segundo a qual a história é “uma busca instrutiva, no entanto neutra em valores, de um maior entendimento da condição humana” (SCHWEIZER; SCHUMANN, 2008, p. 154, tradução nossa).

Destarte, baseada nos ensinamentos do inglês *Lord Acton*, a então denominada escola de Hannover tinha como foco o meticoloso estudo da personalidade e da iniciativa individual, ou seja, em como determinadas pessoas resolveram determinadas crises (SCHWEIZER; SCHUMANN, 2008, p. 158).

Não obstante a importância dos demais pensadores desse período, pode-se classificar Herbert Butterfield como o maior expoente da chamada *grand tradition*.

Assim como Acton e Ranke, Butterfield buscou enfatizar o papel da agência humana e da personalidade em meio a processos históricos maiores. Para ele, a história da diplomacia possui enorme apelo pedagógico, desde que os historiadores transcendessem as acepções culturais ou ideológicas e assim apreciassem a influência das personalidades, das ideias e das interações em seus próprios contextos históricos. Mais do que isso,

A diplomacia, ele observou, operava contra o seu contexto de tensões emanadas do poder e da ambição, e representou a influência civilizadora da razão sobre o que seria, de outro modo, um tumulto incessante. [...] Butterfield acreditava que o enfraquecimento da história diplomática também levaria ao enfraquecimento da diplomacia e, assim, da ordem internacional e da civilização que esta sustenta. (SCHWEIZER; SCHUMANN, 2008, p. 161, tradução nossa)

Após a unificação alemã, contudo, observou-se um quase imediato confronto entre a Escola de Baden (que seguia a lógica de pensamento proposta por Acton e Ranke, desenvolvendo o que se denominou de *Geisteswissenschaft*)¹ e a Escola de Marburg, da qual surgiria a escola de Frankfurt e, com ela, a ciência política (SCHWEIZER; SCHUMANN, 2008, p. 162).

Nesse processo, enquanto a história diplomática permaneceu na academia, a ciência política mudou seu rumo, eclipsando o estudo de diplomatas e crises específicos. Lentamente, ambas – a história e a ciência política, agora ciências autônomas – abandonaram as concepções de Butterfield, adotando modelos universalistas e de larga escala para explicar mudanças nas RI, no desenvolvimento econômico e no progresso social (SCHWEIZER; SCHUMANN, 2008, p. 162-163).

Os cientistas políticos, com aliados na história, pareciam assim buscar uma equação fundamental para as RI, a partir da tentativa de descobrir todas as suas variáveis. Finalmente, com o aparecimento da “teoria dos jogos”, que permitiu aos cientistas políticos construir modelos e teorias sem se basear nas experiências históricas concretas, totalizou-se o desenvolvimento de linguagens e abordagens distintas.

Também em meio à disciplina da história, tornou-se periférica a história diplomática, dado o surgimento de novos campos de estudo: gênero, sexualidade, raça, etnia, cultura, classes socioeconômicas.

Desse modo, buscaram conscientemente os estudiosos desses novos campos desestabilizar as estruturas de conhecimento previamente existentes entre seus colegas. A título de exemplo, destacam-se as feministas, que assinalavam a história diplomática como uma disciplina feita por uma elite de homens brancos, sobre uma elite de homens brancos e para uma elite de homens brancos. Assim, cabia a elas imbuir de “gênero” essa subárea de estudos, mas sem se abrir para influências recíprocas (SCHWEIZER; SCHUMANN, 2008, p. 167).

1. “Ciências humanas”, denominação utilizada comumente na língua alemã.

Ora, por sua própria temática, a história diplomática envolve o estudo de elites (dos governantes). Já o estudo das pessoas e de grupos historicamente negligenciados envolve o desenvolvimento de outras técnicas de análise, que valorizam a inferência e a especulação, dada a falta de evidência empírica, pois esses não deixaram registros escritos, tal qual fizeram os homens de Estado e os diplomatas.

Assim, enquanto os historiadores desses novos campos deixaram de priorizar os fatos, a história diplomática foi duas vezes marginalizada: pelo desenvolvimento de novos tópicos de estudos e pelo deslocamento epistemológico que os acompanhou (HABER; KENNEDY; KRASNER, 1997, p. 40).

Uma profunda afinidade: história e relações internacionais

Feitas essas considerações acerca das especificidades que pautam os estudos dos historiadores e dos teóricos de RI, faz-se agora útil uma sumarização dos principais traços que marcam tanto as suas diferenças, quanto as suas similitudes enquanto disciplinas autônomas, porém “irmãs”.

De modo bastante generalista, pode-se dizer que, enquanto os historiadores descrevem, explicam e interpretam eventos individuais ou séries de eventos delimitadas historicamente, os segundos generalizam relações entre variáveis e constroem “leis” sobre o comportamento social. A tal diferenciação pode-se denominar “distinção ideográfica/nomotética”, ou seja,

[...] o cientista social é mais passível de enfatizar as explicações gerais dos fenômenos sociais, enquanto o historiador é mais passível de enfatizar a particularidade, as características únicas de episódios individuais dos fenômenos sociais. (LEVY, 1997, p. 24, tradução nossa)

Apesar de sintética, essa distinção não esgota as principais linhas de divergência entre a história e a teoria das RI, voltada à ciência política. Assim, faz-se necessária outra distinção, que se pauta na noção de “presenticismo”. Ambas, mesmo que a contragosto dos historiadores, são marcadas por essa característica.

De forma explícita, os teóricos de RI – bem como os demais cientistas sociais – buscam um conhecimento “politicamente relevante”, capaz de responder a questões *so what*. Assim, as teorias das

RI não são atemporais, mas se relacionam a condições e circunstâncias fluidas e, conseqüentemente, os estudiosos desse campo veem pouco a ganhar ao estudar o passado mais distante (ELMAN; ELMAN, 1997, p. 9).

Já os historiadores, embora olhem para o futuro com os olhos no passado, rejeitando a noção de “presenticismo” (GADDIS, 2002, p. 2), também são grandemente influenciados pelos *real-word concerns*, seja na escolha do tema, seja na busca por financiamentos do governo (ELMAN; ELMAN, 1997, p. 9).

Outra importante divergência é o escopo de seus estudos. Assim, enquanto os historiadores buscam explicar eventos particulares ou, nos termos de Ranke, o “único” em cada evento, o “infinito em cada existência” (LEVY, 1997, p. 24), os teóricos das RI buscam realizar generalizações sobre o porquê da ocorrência de determinados eventos ou classes de eventos.

Assim, adentra-se em outra relevante divergência entre ambas as disciplinas: o uso da teoria. O historiador, ao interpretar eventos singulares, utiliza a teoria tanto para interpretar padrões gerais do comportamento social, quanto para explicar ou interpretar um caso ou série de casos particulares. Desse modo, a narrativa histórica seria uma simulação, altamente artificial, que demanda ser construída sob certas bases, sob certas acepções prévias – sob certa teoria (GADDIS, 1997, p. 83).

Destarte, a diferença entre ambas as disciplinas não é quanto à aceitação ou a negação da teoria, mas quanto à forma como a utilizam, pois, enquanto os historiadores utilizam-na de forma implícita, os teóricos de RI expõem claramente as suas acepções teóricas prévias (ELMAN; ELMAN, 1997, p. 15).

Já no que se refere às convergências entre ambas as disciplinas, quatro ganham destaque:

- ambas focam nas pessoas e na forma como se organizam;
- ambas caem no espectro das ciências não replicáveis;
- ambas utilizam a imaginação;
- ambas utilizam o raciocínio contrafactual (GADDIS, 1997, p. 82-84).

As metodologias

Talvez um ponto de maior desarmonia, pelo menos nas aparências, seja o da metodologia. Assim, apesar de dependerem dos estudos históricos para fazer análises comparativas, teóricos de RI

voltados à ciência política conduzem pesquisa documental original (ELMAN; ELMAN, 1997, p. 13).

Paralelamente, têm-se diferentes percepções acerca do que constitui a “parcimônia”. Enquanto que nas RI esta é assumida como a tentativa de se explicar o maior número de casos a partir de mecanismos simplificados que reagiriam ao sistema internacional (como a “anarquia”, a “autoajuda” e o “sistema”) (GADDIS, 1997, p. 78-79), o historiador dá preferência à parcimônia nas consequências, ou seja, utilizam-se diversas causas, contanto que estas convirjam para a mesma consequência (GADDIS, 2002, p. 105).

Outra diferença seria o *foco nas variáveis*. Arduamente evitada pelos historiadores, entre os teóricos de RI a distinção entre variáveis dependentes e independentes é procedimento necessário. Assim, busca-se um antecedente determinante que possibilite o estabelecimento da causalidade (GADDIS, 1997, p. 79).

Isso leva a outro ponto de desacordo entre ambas as disciplinas: a *constância*, ou seja, os mesmos princípios deverão funcionar da mesma forma em diferentes tempos e lugares, enquanto que, para os historiadores, eles dependem do contexto no qual estão embutidos (GADDIS, 1997, p. 79-80).

A generalização, objetivo do teórico das RI, leva a duas outras características metodológicas que o afastam do historiador. Primeiramente, tem-se a *comensurabilidade*, ou seja, assumem-se padrões de medida comensuráveis (i. e., termos como “poder”, “hegemonia” ou “democracia” seriam mesuráveis). Em segundo lugar, tem-se a *objetividade*, possibilitada a partir da concordância quanto a fundamentos prévios à generalização (GADDIS, 1997, p. 81), ou seja, de citações retiradas do que aparentam “textos sagrados”, caindo-se no quarto fantasma definido por Duroselle e exposto no início deste artigo (a escolástica e a glosa).

A própria definição de causalidade seria outro diferencial entre ambos, pois, enquanto o teórico das RI prioriza as cadeias causais simples (quando x encontra y, o resultado é z), para o historiador, ao analisar sistemas de variáveis, com resultados imprevisíveis, tal concepção de causalidade torna-se pouco útil. Dessa forma, a técnica empregada na história é a assunção do caos, ou seja, que o mesmo sistema pode ser simultaneamente simples e complexo, de modo que alguns pontos são previsíveis e outros não (GADDIS, 2002, p. 73-74).

Dessa maneira, como forma de realizar a sua “simulação” dos *acontecimentos* do passado, o historiador pode utilizar três diferen-

tes presunções no manejo das múltiplas variáveis “interdependentes” (GADDIS, 2002, p. 79).

Primeiramente tem-se a *dependência sensível às condições iniciais*, ou seja, enquanto sistemas com um pequeno número de variáveis se permitem serem modelados, a única maneira de explicar o comportamento naqueles com múltiplas variáveis é a partir da simulação, ou seja, traçando-se a sua história (GADDIS, 2002, p. 79-80).

Segundo, têm-se os “fractais”, ou seja, as semelhanças através de escalas. Isso seria, simplesmente, a aceção de que os padrões tendem a permanecer os mesmos, independentemente da escala a partir da qual são observados, funcionando também como uma metáfora para o comportamento que “emerge” espontaneamente “da base” e avança gradualmente para o “topo” (GADDIS, 2002, p. 81-84).

Por último, tem-se a “auto-organização”, ou seja, tal como demonstrado pelos teóricos do caos, prevalece, entre as diversas variáveis, certo estado de equilíbrio, o que permite a confiança nas condições iniciais e na autossimilaridade através da escala. Contudo, também existe a possibilidade de transições abruptas entre uma fase de equilíbrio e outra. Nesses casos, a semelhança com o que a antecedeu é inversamente proporcional à magnitude do evento que ocorreu, de modo que se permite antecipar as relações entre intensidade e frequência desses eventos, não se podendo prever, porém, quando eles ocorrerão (GADDIS, 2002, p. 84-86).

Assim, feitas essas ponderações, cabe questionar como os historiadores traçam a causalidade entre as variáveis, se, na história, só existem variáveis dependentes.

Em resposta a essa questão, Marc Bloch concebe três formas de distinção entre os eventos a serem estudados, de modo que não seja necessário traçar as origens para cada evento novamente no *Big Bang*. São essas o “imediate” o “intermediário” e o “distante” (GADDIS, 2002, p. 97).

Não há regra que diga ao historiador quando parar de traçar as causas de determinado evento, mas há, *a priori*, o princípio da “relevância decrescente”, ou seja, quanto maior a distância temporal entre a causa e a consequência, menos importante ela deverá ser (GADDIS, 2002, p. 94-96).

Outra maneira de se determinar o foco do trabalho histórico é a partir da técnica do *contrafactual*, também largamente utilizada nas ciências sociais, de modo geral. Segundo essa, deve-se buscar os antecedentes que poderiam ter sido mais facilmente evitados. As-

sim, o historiador, ou o cientista social, revisita o passado, variando as condições e, assim, buscando resultados diferentes, sem, contudo, se desatar de certas regras essenciais a esse procedimento, ou seja: deve-se modificar apenas uma variável por vez, mantendo-se as demais constantes, e deve-se realizar o teste da plausibilidade (a nova opção deve ser passível de ter sido adotada pelos tomadores de decisão do período em questão) (GADDIS, 2002, p. 100-102).

Em resumo, diferentemente do cientista social – mais especificamente, do teórico de RI voltado à ciência política –, o historiador:

- dá preferência à parcimônia nas consequências, e não nas causas;
- subordina a generalização à narração, utilizando microgeneralizações para preencher espaços vazios (*gaps*);
- distingue a lógica atemporal da temporalmente limitada;
- integra as técnicas de indução e de dedução.

Conclusão

O gradual distanciamento observado entre as disciplinas da história e das RI, em larga medida resultado dos diferentes tipos de treinamento acadêmico que recebem o historiador e o teórico de RI, das distintas ênfases que estes dão às questões metodológicas e ao uso das fontes primárias, dos diferentes periódicos nos quais publicam seus estudos, dos distintos critérios de qualidade que estes identificam para o trabalho acadêmico e, finalmente, pelos diferentes incentivos materiais que estes recebem (LEVY, 1997, p. 23), marcou a relação entre ambas as disciplinas no último século.

Cada vez mais, os teóricos das RI, especialmente aqueles voltados à ciência política, se mostraram pouco atentos às especificidades e aos ensinamentos perpetrados pelo *modus operandi* do historiador, enquanto os próprios historiadores se concentravam em desenvolver novas epistemologias, necessárias ao ascendente estudo dos grupos sociais historicamente negligenciados. Nesse processo, o último elo de ligação entre a história e a ciência política, a história diplomática, se viu cada vez mais isolado e teve a sua prática constantemente reprimida.

Assim, enquanto os historiadores reviviam entusiasmadamente as técnicas metodológicas inerentes ao bom uso da narrativa, os teóricos das RI focavam em meios que lhes possibilitassem construir quase que matematicamente suas hipóteses.

Desse modo, a fissura entre história e ciência política, cujas origens remontam ao confronto entre a Escola de Baden e a de Marburg, definiu não só a consolidação de duas disciplinas autônomas, mas a conformação de duas visões de mundo diferentes, contudo convergentes.

Destarte, buscou-se aqui demonstrar que, embora aparentemente autônomas, e não obstante as grandes divergências entre si, a história – especialmente a subárea da história diplomática – e as RI possuem certas características que as justapõem. De fato, o uso instrumental do passado, da história, nunca deixou de se fazer presente em meio à teoria das RI, mesmo entre aquelas de caráter exaustivamente monista, tal como explicitado pela descrição dos quatro diferentes tipos de pesquisa histórica em RI.

Ademais, mesmo em suas mais profundas diferenças metódicas, ambas as disciplinas se aproximam – embora apresentem focos díspares, ambas prezam em seus estudos pela parcimônia, ambas utilizam alguma forma de generalização e ambas atribuem certo valor ao uso de variáveis.

Por último, deve-se ressaltar, novamente, a vital importância que possui a história para o estudo das RI, importância cujo reconhecimento por parte dos teóricos das RI levará a enormes auxílios em sua prática acadêmica, dado o enorme benefício que conceitos como “visão ampliada”, “fractais” e “auto-organização” poderão gerar se acrescentados à práxis desses teóricos. Em suma, tal como caracterizou Jack Levy no título de seu artigo, ambas as disciplinas são “Too important to leave to the other”.

Referências

DUROSELLE, J. B. *Todo império perecerá*. Tradução Ane Lize Spaltemberg de S. Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2000.

ELMAN, C.; ELMAN, M. F. Diplomatic history and international relations theory: respecting difference and crossing boundaries. *International Security*, v. 22, n. 1, p. 5-21, jul. 1997.

ELMAN, C.; ELMAN, M. F. The role of history in international relations. *Millennium, Journal of International Studies*, v. 37, n. 2, p. 357-364, dez. 2008.

GADDIS, J. L. History, theory, and common ground. *International Security*, v. 22, n. 1, p. 75-85, jul. 1997.

GADDIS, J. L. *The landscape of history: how historians map the past*. New York: Oxford University Press, 2002.

HABER, S. H.; KENNEDY, D. M.; KRASNER, S. D. Brothers under the skin: diplomatic history and international relations. *International Security*, v. 22, n. 1, p. 34-43, jul. 1997.

HOBSON, J. M.; LAWSON, G. What is history in international relations? *Millennium, Journal of International Studies*, v. 37, n. 2, p. 415-435, dez. 2008.

LEVY, J. S. Too important to leave to the other: history and political science in the study of international relations. *International Security*, v. 22, n. 1, p. 22-33, jul. 1997.

LINKLATER, A. Critical theory. In.: GRIFFITHS, Martin (Ed.). *International relations theory for the twenty-first century: an introduction*. New York: Routledge, 2007. p. 195.

SCHWEIZER, K. W.; SCHUMANN, M. J. The revitalization of diplomatic history: renewed reflections. *Diplomacy & Statecraft*, v. 19, n. 2, p. 149-186, 2008.